

Os ônus de uma dívida de R\$ 50 bilhões

Na esteira da renegociação das dívidas estaduais, um processo de suma importância para a regularização das finanças públicas em nível nacional, chegou, finalmente, a vez do Estado de São Paulo. Em uma operação que equivale à reestruturação da dívida externa de muitos países, o governo de São Paulo renegociou R\$ 50,4 bilhões de débitos junto à União, entregando R\$ 7,4 bilhões em ativos de suas estatais e comprometendo-se a pagar anualmente ao governo federal R\$ 2,3 bilhões, aproximadamente, pelo espaço de 30 anos. Se não cumprir os termos do acordo, a União poderá apropriar-se de receitas próprias do estado e/ou de transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Com os acordos firmados, o estado pode liquidar a sua dívida junto ao Banespa e à Nossa Caixa, mas só poderia retomar o controle do banco se entregasse mais R\$ 10 bilhões de ativos.

Não se deve lamentar que o governo paulista deixe de ter o controle da Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), da Cia. de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) e das ações de suas companhias elétricas. Na fase em que ingressou a economia brasileira nesta década, essas empresas teriam de ser privatizadas, como vão ser. Contudo, se as finanças estaduais não tivessem sido tão comprometidas por más administrações anteriores, a desestatização poderia carrear volumosas receitas para os cofres do estado, que, apesar de ser o mais desenvolvido do País, se vê a braços

com grandes problemas. Consola saber que, com a federalização dessas empresas, elas serão imediatamente inscritas no Programa Nacional de Desestatização (PND), carreando para São Paulo os benefícios da eficiência daí decorrente.

Quanto ao Banespa, é conhecido o desejo do governador Covas, refletindo os sentimentos de muitos paulistas, de mantê-lo sob o controle do estado. No nosso entender, a administração pública estadual não precisa, necessariamente, de

A redução da capacidade de investimento é o preço que SP paga pela incúria de governos passados

um banco comercial – e esse raciocínio vale para todos os bancos estaduais, não apenas para o de São Paulo. Estamos convictos de que, se a carteira de crédito do Banespa tivesse sido administrada com prudência e por critérios técnicos, e não políticos, não teria o estabelecimento chegado ao ponto a que chegou.

Sua recuperação, no entanto, é viável, com a transferência para a iniciativa privada. Pela solução encontrada com relação ao seu patrimônio, por sua rede de agências, seu corpo de funcionários capacitados e pelo conceito que desfruta junto à população, o banco é atraente para investidores nacionais e estrangeiros.

Foi a melhor solução que se poderia encontrar em face das circunstâncias, mas, como disse o governador Mário Covas, imporá um rígido

programa de austeridade ao governo do estado, que precisará conter rigidamente as despesas para não comprometer ainda mais a sua capacidade de investimento, de modo a poder atender às necessidades mínimas nas áreas de educação, saúde, segurança pública e saneamento básico, para citar apenas aquelas que apresentam problemas de maior gravidade.

Isso ocorre não por culpa do atual governador, que tudo tem feito para colocar as finanças paulistas em ordem, mas como resultado de más administrações anteriores. O lamentável é que, além de abrir mão de receitas de privatização a que faria jus, a incúria de governos passados tenha levado São Paulo a uma situação em que o governo se viu obrigado até mesmo a assumir o compromisso de não fazer novas emissões de sua dívida mobiliária até 2008, de modo a reduzir a dívida financeira a um limite não superior à sua receita líquida anual. Para chegar lá, o estado terá de aumentar a sua arrecadação em 3% ao ano, pelo menos, além de elevar as contribuições para o pagamento de seus aposentados.

O Estado de São Paulo, portanto, terá de fazer mais sacrifícios em um período em que sua indústria, particularmente, passa por um processo profundo de transformação, agravando o desemprego e os problemas sociais. Mas o acerto de contas precisava ser feito, e esperamos que concorra efetivamente para o ajuste fiscal, condição para o ingresso em um novo ciclo de desenvolvimento. ■